N° 27

LEITURAS EM PAUTA

ESTUDO BIBLIOGRÁFICO **RE 597.673/RJ**

19 DE MAIO 2023

#ParaTodosVerem
Texto alternativo disponível

STF
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL



RE 597.673/RJ

Relator: Ministro DIAS TOFFOLI

JULGAMENTO VIRTUAL: 19/05/2023 a 26/05/2023

Garantia de ressarcimento aos cartórios de ofícios únicos pelos atos executados gratuitamente (Tema 206 RG)



Exame constitucional de dispositivo da Lei 3.350/1999 do Estado do Rio de Janeiro que prevê o não reembolso dos atos gratuitos praticados nos municípios onde houver serventia única, notarial e de registro.

A Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal, do Supremo Tribunal Federal, consciente do seu papel informacional para o desenvolvimento e o aprimoramento dos saberes da Corte, lança o Leituras em Pauta, com o objetivo de sugerir a leitura de títulos relevantes do seu acervo bibliográfico sobre o tema do Processo Destaque que será julgado no Plenário Virtual, do Tribunal. Os interessados na leitura dos documentos que integram o estudo bibliográfico podem solicitar os artigos e capítulos de livros indicados à Biblioteca, por meio do e-mail biblioteca@stf.jus.br.

O estudo bibliográfico foi realizado nas bases de dados assinadas e no banco de dados de gerenciamento de informações da Biblioteca.

Para pesquisar mais documentos sobre o assunto, acesse o CATÁLOGO online da Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal por meio de consulta à página (http://www.stf.jus.br), opção Biblioteca / Consultas / Pesquisa ao Acervo. Essa pesquisa possibilita a busca no acervo das doze bibliotecas integrantes da Rede Virtual de Bibliotecas, da qual o Supremo faz parte, recuperando referências bibliográficas de livros, folhetos, artigos de periódicos, artigos de jornais, entre outros.

ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

BENÍCIO, Hercules Alexandre da Costa. A constitucionalidade de leis que estabelecem gratuidade ou redução de emolumentos cartorários. **Revista de Direito Imobiliário**, São Paulo, v. 27, n. 56, p. 97-126, jan./jun. 2004. [701876] SEN CAM MJU STJ TJD **STF**

BURTET, Tiago Machado. Emolumentos nos serviços de notas e registros: incidência, imunidade, isenções e assistência judiciária gratuita. **Revista de Estudos Tributários**, Porto Alegre, v. 13, n. 75, p. 100-114, set./out. 2010; **Revista IOB de Direito Civil e Processual Civil**, São Paulo, v. 11, n. 64, p. 110-124, mar./abr. 2010; **Revista Síntese Direito Imobiliário**, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 97-112, set./out. 2011. [881356] SEN CAM AGU STJ TJD TST **STF (DIG)**

CAMARGO, Lauane Braz Andrekowisk Volpe; PEREIRA, Zonta Fábio. Da extensão da gratuidade da justiça sob a compreensão dos emolumentos notariais e de registro no novo CPC. **Revista Forense**, Rio de Janeiro, v. 115, n. 430, p. 218-240, jul./dez. 2019. Conteúdo: Do obstáculo ao acesso à justiça em face à ausência de criar um fundo de ressarcimento pleno dos atos notariais e registrais gratuitos. Analisa que ''O acesso à justiça é um direito fundamental. Porém, o custo do processo continua sendo um óbice ao acesso à justiça. Para tanto o Novo Código de Processo Civil, em seu Art. 98, § 1°, IX, consagrou que a gratuidade da justiça, que compreende os emolumentos devidos a notários ou registradores em decorrência da prática de registro ou qualquer outro ato notarial necessário à efetivação de decisão judicial. É digna de aplausos a inserção no NCPC, do § 7°, do artigo 98, da criação de um Fundo de compensação que garanta o ressarcimento dos emolumentos notariais e registrais, praticados em razão de concessão de ordem judicial que contempla os beneficiários da justiça gratuita. Porém, é necessário efetivamente implementar o Fundo e que o NCPC avance mais e conceda o pleno ressarcimento aos demais atos gratuitos e isentos celebrados por notários e registradores.'' [1180879] STJ

CARVALHO, Sandro Maciel. Os emolumentos e o equilíbrio econômico-financeiro na delegação da atividade notarial e registral. *In*: YOSHIDA, Consuelo Yatsuda Moromizato; FIGUEIREDO, Marcelo; AMADEI, Vicente de Abreu (Coord.) **Direito notarial e registral avançado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 93-114. Conteúdo: Equilíbrio econômico-financeiro e delegação notarial e registral. Efetivo custo dos serviços notariais e registrais. Repasses obrigatórios em emolumentos. Gratuidades em emolumentos. Responsabilidade do estado pelo desequilíbrio econômico-financeiro. [1062367] SEN AGU TJD **(DIG)**

FAIM FILHO, Eurípedes Gomes. Da isenção da taxa denominada emolumentos pela concessão de gratuidade da justiça. *In*: SCHOUERI, Luís Eduardo; BIANCO, João Francisco (coord.); DUARTE FILHO, Paulo César Teixeira; CASTRO, Leonardo Freitas de Moraes (Org.). **Estudos de direito tributário**: em homenagem ao Prof. Gerd Willi Rothmann. São Paulo: Quartier Latin, 2016. p. 535-544. Conteúdo: A gratuidade como isenção tributária. Da revogação da isenção de gratuidade de emolumentos pelo juiz corregedor.

Compensações aos notários e registradores. A isenção e o art. 150, §6°, da constituição da república. [1113566] CAM STJ TCD **STF 341.39 E82 EDH**

FIGUEIREDO, Gustavo Stephan Pedrosa. A inconstitucionalidade da imposição de gratuidade aos serviços cartorários: necessidade de observância ao equilíbrio econômico e financeiro da atividade exercida mediante delegação. **Revista da Esmape**, Recife, v. 12, n. 25 t. 2, p. 763-794, jan./jun. 2007. [805774] SEN STJ **STF (DIG)**

OLIVEIRA, Emerson Ademir Borges de; COSTA, Fernanda Granja Cavalcante da. Isenções tributárias no âmbito dos serviços notariais e registrais sob a perspectiva da análise econômica do direito = Tax exemptions within the scope of notary and regist**ratio**n services from the perspective of economic analysis of law. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 109, n. 1019, p. 335-352, set. 2020. [1198861] SEN STJ STM TJD **STF**

PAIVA, João Pedro Lamana. Gratuidade emolumentar no novo CPC. In: DIP, Ricardo Henry Marques (Coord.). **Direito registral e o novo Código de Processo Civil**. 2. tiragem. Rio de Janeiro: Forense, 2016. p. 169-193. Conteúdo: As gratuidades emolumentares na legislação brasileira. A gratuidade de justiça e a questão dos emolumentos. [1083745] SEN CAM TJD

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF
Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação – SAE
Coordenadoria de Biblioteca – CBIB
Referência de Circulação

EQUIPE RESPONSÁVEL PELO ESTUDO BIBLIOGRÁFICO
Célia de Sá Marques de Castro
Márcia Soares de Oliveira Vasconcelos

CAPA E PROJETO GRÁFICO
Flávia Carvalho Coelho Arlant

DIAGRAMAÇÃO
Cínthia Aryssa Okada

